

# O movimento social europeu entre sucessos parciais e impotência\*

RENÉ MOURIAUX \*\*

Incontestavelmente, a reforma liberal enfrenta resistências na Europa. A despeito de sua intensidade, tais resistências não são suficientes para frear a liberalização crescente da economia, a flexibilização do mercado de trabalho, a redução da proteção social. Para compreender esse paradoxo, ou esse contraste, parece-me indispensável proceder a um exame duplo, no contexto da União Européia. Primeiramente, é necessário tratar, de maneira geral, das vantagens do capital e das deficiências do movimento social (cuja discussão envolve as seguintes questões: é um movimento singular ou plural? Europeu ou em vias de europeização?). Num segundo momento, o artigo propõe-se a tratar de modo mais aprofundado do caso francês, cuja singularidade ilustra bem a dificuldade de uma ação comum no plano europeu.

## As vantagens do capital

Em seu conjunto, a ciência política contemporânea na França recusa a existência das classes sociais e, em decorrência disso, o conceito de correlação de forças não pertence ao vocabulário dos politólogos, assim como também não pertence ao das elites européias<sup>1</sup>. O círculo da razão inclui o essencial de homens e mulheres que admitem o consenso em torno do liberalismo.

\* Este artigo corresponde à intervenção do autor no 5º Colóquio Marx e Engels, promovido pelo Cemarx/Unicamp entre 6 e 9 de novembro de 2007. Tradução de Andréia Galvão.

\*\* Professor aposentado da *Fondation Nationale des Sciences Politiques*, Paris.

<sup>1</sup> Pascal Durand (Org.), *Les nouveaux mots du pouvoir*, Abécédaire critique, Bruxelas, Aden, 2007, 464 p.

O patronato e a direita, que não coincidem em tudo, mantêm uma relação estreita que apenas os espíritos apartados do real ou ofuscados por uma luz muito forte ocultam. No alvorecer do século XXI, a Europa ocidental é dominada por uma classe capitalista que detém o poder econômico e controla as instituições políticas, exercendo uma influência ideológica imensamente presente. Embora esses elementos requeiram precisões e nuances, não deixam de constituir o horizonte material e intelectual da época. Ter começado a apontar o dedo para essa realidade custou a Pierre Bourdieu ataques violentos e repetidos<sup>2</sup>.

Que o patronato constitui uma classe que exerce o poder econômico, em boa lógica, não deveria ser considerada uma proposição inquietante. Um grupo de homens e de mulheres possui os meios de produção e de trocas. A base objetiva de sua "condição" comum é prolongada por uma consciência própria, uma "posição" específica, para utilizar o vocabulário de Bourdieu. A burguesia, no sentido estrito do termo, reconhece-se facilmente, não apenas porque habita os bairros elegantes, mas também por seu estilo de vida, caracterizado por Michel Pinçon e Monique Pinçon-Charlot a partir de três termos: segurança, serenidade e cortesia<sup>3</sup>, o que vale, evidentemente, para os "estabelecidos", e não para os novos ricos que correm o risco da ostentação, da arrogância e mesmo do espírito de revanche. No plano europeu, a classe burguesa é organizada em uma única organização, a UNICE (União das Confederações da Indústria e dos Empregadores da Europa). Existia um Centro Europeu de Empresas Públicas (CEEP), inclinado a exprimir orientações liberais, mas ele modificou seu nome, mantendo, contudo, a mesma sigla: trata-se, agora, do Centro Europeu de Empresas com Participação Pública. A modificação exprime bem as mudanças de estatuto que ocorreram.

Na França, o patronato francês é unificado. Apenas o MEDEF (Movimento das Empresas da França) existe<sup>4</sup>, pois a CGPME (Confederação Geral das Pequenas e Médias Empresas), que concerne às pequenas e médias empresas, é estreitamente associada a ele. Por ocasião das eleições *prud'homales*<sup>5</sup> de 2002, a chapa de Empregadores da Economia Social obteve 11,3% dos votos. Esse percentual deve ser lido como o resultado de uma forte mobilização desse segmento e de uma abstenção elevada do setor puramente privado. O terceiro setor não é uma realida-

<sup>2</sup> René Mouriaux, "Pierre Bourdieu, entre gourou et repousseur, un sociologue critique". In: *Liaisons*, agosto 2007, nº 26, pp. 25-31.

<sup>3</sup> Michel Pinçon; Monique Pinçon-Charlot, "Sécurité, sérénité et courtoisie". In: *L'Humanité*, 13 de agosto de 2007.

<sup>4</sup> Sendo o sindicalismo vetado aos banqueiros, a Associação Profissional dos Bancos (APB) é associada ao Medef.

<sup>5</sup> N.T.: Trata-se de um tribunal paritário, eleito a cada cinco anos por assalariados e empregadores do setor privado, para julgar conflitos de trabalho.

de negligenciável. Associações, cooperativas e organizações de ajuda mútua ocupam 2,6 milhões de assalariados<sup>6</sup>, que, com uma intensidade variável, desenvolvem uma cultura da solidariedade e experimentam formas de gestão originais. Contudo, seu peso econômico e político permanece limitado e sua existência depende da economia global. Na última eleição presidencial, não se escutou a voz do terceiro setor. Fragmentados, divididos e enfraquecidos, os sindicatos de assalariados viram sua influência se reduzir, como desde 1943 desejava Friedrich August von Hayek em *O caminho da servidão*<sup>7</sup>.

O vigor econômico da burguesia européia não significa, evidentemente, a ausência de conflitos em seu interior. Uma rivalidade se desenvolve entre nações, entre burguesias nacionais e empresas multinacionais, entre subcontratadas e contratantes<sup>8</sup>. Contudo, a burguesia consegue conservar sua unidade, tanto no interior de cada país quanto no da União Européia. Na França, Nicolas Sarkozy conseguiu unificar diversas correntes de direita da UMP (União para um Movimento Popular) e ao participar da Universidade de verão de 2007, organizada pelo MEDEF, manifestou publicamente o acordo entre as expressões econômica e partidária da burguesia.

Fortalecida em sua potência econômica, a burguesia domina as instituições européias tanto no plano dos mecanismos quanto no plano dos homens. O parlamento europeu, onde a direita domina, tem poderes reduzidos: ele não pode aumentar as receitas que dependem de uma decisão interestatal. A comissão européia, que não é submetida a nenhum controle democrático, comporta apenas homens ou mulheres designados por sua convicção liberal. Enquanto a CEEA compreendia um comissário de origem sindical, tal disposição não existe mais desde 1957. As diretrizes européias orientam-se, todas elas, conforme o Consenso de Washington. Progressivamente, a linha da mercantilização, da concorrência, da rentabilidade, venceu. Desse modo, os serviços públicos foram esvaziados de seu conteúdo coletivo. Subrepticiamente, a partir de 1990, as instâncias européias passaram a intervir no domínio da energia, sem que o texto dos tratados as autorize a fazê-lo<sup>9</sup>. A decisão tomada em 27 de abril de 1994 pelo juiz Almelo, da Corte de Justiça das Comunidades Européias, estipula que "a eletricidade depende da definição geral de mercadorias", dando, assim, uma cobertura legal aos quatro anos de intervenção contrária ao Tratado de Roma. O funcionamento da UE é

<sup>6</sup> Danièle Demoustier, *L'économie sociale et solidaire*. Paris: La Découverte, 2ª ed, 2003, 207 p.

<sup>7</sup> Friedrich August von Hayek, *La Route de la servitude*. Paris: 1993, Librairie de Médicis, 1945, 179 p.

<sup>8</sup> Suzanne de Brunhoff et al, *Bourgeoisie: état d'une classe dominante*, Paris: Syllepse, col. Séminaire marxiste. Enjeux contemporains, 2001, 126 p.

<sup>9</sup> François Sault, EDF, *Chronique d'un désastre inéluctable*, Paris: Calmann-Levy, 2008, p. 60.

aceito dessa forma por todos aqueles que vêem na construção européia uma garantia de paz e de prosperidade. Uma parte do Partido Socialista (PS), da União Nacional dos Sindicatos Autônomos (UNSA), e a Confederação Francesa Democrática do Trabalho (CFDT) como um todo, sustentaram o tratado constitucional europeu em 2005, ao passo que ele convertia em dogma “a concorrência livre e não falsificada”. Isso equivale ao domínio da burguesia sobre a “península da Ásia”<sup>10</sup>.

Enfim, as convicções burguesas sobre a economia, a sociedade, o Estado, exercem uma influência “imensamente dominante”<sup>11</sup>. A classe capitalista dispõe da imprensa escrita e da televisão. Silvio Berlusconi constitui a forma mais extrema da imbricação entre dinheiro e informação. Dividir, anestesiá-lo e doutrinar são os três eixos da comunicação contemporânea<sup>12</sup>. As mensagens emitidas através da publicidade, dos jogos, dos comentários sobre a atualidade impõem uma temática de extrema simplicidade. Como indica o capítulo IV do livro I de *O Capital*<sup>13</sup>, “aqui reinam sozinhos a Liberdade, Igualdade, Propriedade e Bentham”.

A liberdade reclamada, proclamada e praticada corresponde aos interesses dos empreendedores, que não devem ser perturbados pelos direitos sociais, pela existência de serviços públicos “monopolistas”, pela intervenção do Estado destinada a assegurar um mínimo de interesse geral. O *laissez-faire, laissez-passer*, caro a Jacques-Claude Marie Vincent Gournay, significa, antes de mais nada, que o patronato tenha as mãos livres na gestão da mão-de-obra. A flexibilização, a redução do direito de greve, a privatização, a mercantilização do máximo de bens, a limitação do Estado à manutenção da ordem e ao apoio às grandes forças econômicas<sup>14</sup> se referem a esse valor central, a liberdade, que tem em comum com o liberalismo o radical “líber”, livre. Uma das primeiras definições do liberalismo foi dada por François Pierre Gonthier de Biran. Em seu diário de 1818, o filósofo conhecido como Maine de Biran o qualifica como “doutrina favorável ao desenvolvimento das liberdades”. Que a nobreza da referência obscurece a exploração daqueles e daquelas que vendem sua força de trabalho, como desvendou o trabalho de Karl Marx, é algo completamente ocultado e o fracasso da URSS fornece a

<sup>10</sup> Conforme a fórmula de Paul Valéry para se referir à Europa, em *Regards sur le monde actuel*, Paris: Librairie Stock, Delamain et Boutelleau, 1931.

<sup>11</sup> Lucien Sève, *Penser avec Marx aujourd'hui. I. Marx et nous*, Paris, La Dispute, 2004, p. 11.

<sup>12</sup> René Mouriaux, “La politisation. Le mot, la chose et ses dimensions contemporaines”, Nanterre: Congrès Marx international V, 2007, p. 10.

<sup>13</sup> Intitulado “Compra e venda da força de trabalho”.

<sup>14</sup> Amplificada por Friedrich Auguste von Hayek (1943), a recusa do Estado regulador e desenvolvimentista é anterior a isso, tal como indica o vocabulário. Colbertismo data de 1787; protecionismo, de 1845; estatismo, de 1880; antiestatismo, de 1890; intervencionismo, de 1897, dirigismo, de 1930, planificação de 1935.

prova *contrária*. Atacar a raposa livre no galinheiro, segundo a fórmula socialista do fim do século XIX, é considerado um ato que engendra necessariamente a pobreza e o terror. A supressão das fronteiras, a mobilidade do emprego entre empresas e entre nações são destacadas para advogar a modernidade do liberalismo, em oposição aos fixismos, aos localismos anteriores. A livre circulação de mercadorias e de capitais – que não é acompanhada pela livre circulação de homens provenientes dos países subdesenvolvidos – é vista como uma forma de transformar o planeta num vilarejo radiante. As contradições da realidade são utilizadas para convencer as populações europeias de que elas gozam de um destino pacífico e confortável, invejado pelos outros. A adversidade que as ameaça não é interna, mas provém da miséria externa e dos fanatismos arcaicos. *O choque das civilizações*, título de uma obra publicada por Samuel Huntington em 1996 e traduzida para o francês em 2000, é mencionado para estimular a adesão ao único regime que assegura(ria) o respeito aos direitos do homem, a prosperidade e um funcionamento democrático das instituições.

O segundo grande distintivo do liberalismo exerce igualmente uma atração considerável, a igualdade. O comprador encontra o vendedor no mercado, sem qualquer constrangimento, e a troca é feita à base de um equivalente geral que possui o mesmo valor para cada um dos envolvidos. A ficção é transportada para o mercado de trabalho, que supostamente funcionaria no âmbito de um contrato de trabalho livre e igual, embora na prática estabeleça uma subordinação. O discurso contemporâneo apaga a realidade. O contrato de trabalho aparece como uma associação na qual a lealdade e o investimento no sucesso da empreitada são requisitados. Se o desempregado perde seus direitos depois de recusar, por duas vezes, ofertas de emprego correspondentes à sua qualificação, isso é apresentado como se fosse de seu interesse. A igualdade não deve almejar o igualitarismo (1863). O social-democrata John Rawls prefere, em seu lugar, a busca da “equidade”.

A República francesa se atribuiu a divisa “liberdade, igualdade, fraternidade”. O terceiro termo é substituído, pelo liberalismo, por “propriedade”. O voto censitário restringia a cidadania àqueles que dispunham de bens. No fundo, os pobres são sub-homens. O conselho de François Guizot, “enriquecei!”, permanece a palavra de ordem da burguesia. A política está a serviço da bolsa. O dinheiro assegura a liberdade e, com dotes iguais, todos têm a possibilidade de adquiri-la. Nicolas Sarkozy fundamentou sua campanha eleitoral de 2007 no slogan “trabalhar mais para ganhar mais”.

A ideologia liberal baseia-se na concepção do *homo oeconomicus*, que é uma ficção muito bem desmontada por Toni Andréani<sup>15</sup>. Ela esbarra em uma dupla contradição que resulta da ocultação da exploração e da dimensão política do

---

<sup>15</sup>Toni Andréani, *Un être de raison. Critique de l'homo oeconomicus*, Paris: Syllepse, 2000, 246 p.

homem. De um lado, uma regulação é necessária e o *laissez-faire, laissez-passer* impede de pensá-la. Ora, como disse Emmanuel Kant, mesmo as sociedades de malfeitores possuem códigos. Em segundo lugar, a sociedade humana não se resume à soma das liberdades individuais. Ela comporta um bem comum que a coletividade deve assumir como seu encargo. O liberalismo se choca contra a existência necessária de serviços públicos. Léon Walras foi, sem dúvida, o primeiro economista que buscou integrar essa noção. No vocabulário da Comissão Européia, serviço de interesse econômico geral vem substituir serviço público; serviço universal designa uma missão específica para as telecomunicações; ao passo que “missões de interesse geral” constitui uma expressão que relativiza o estatuto das empresas que delas se encarregam, já que tais missões podem ser assumidas pelo setor privado, conforme a concepção liberal que rege a prestação de serviços coletivos. Isso não apenas impede a primazia do indivíduo, mônada proprietária de si e de seus bens, impede toda visão da solidariedade, da sociabilidade humana. A dialética pela qual a individualização e a socialização se reforçam ao mesmo tempo é incompreendida. O coletivo é residual. Prova disso são as privatizações, por meio das quais o que é rentável é transferido aos agentes capitalistas e o que não é permanece nas mãos do Estado: a malha férrea no caso das ferrovias, a rede de distribuição no caso da energia.

Ao tríptico liberdade, igualdade, propriedade, Marx acrescentou Bentham, qualificado adiante como o “oráculo da inteligência burguesa vulgar”<sup>16</sup>. O jurista inglês fundou a filosofia da utilidade. O utilitarismo, que no início do século XXI tem promotores como Jean-François Amadiou, considera que a única força que coloca os homens em relação é seu egoísmo, seus interesses individuais. O único “abrete Sésamo” da sociedade: *no admittance except business*. O que quer dizer: aqui só são admitidos negócios. O pragmatismo completa o utilitarismo e, talvez, ocupe todo o lugar. A filosofia americana de William James e de Charles Sanders Peirce proclama que o verdadeiro é o que “funciona”, o que se realiza. O pragmatismo combate toda idéia subversiva “utópica”, toda forma de resistência “ideológica”. Nicolas Sarkozy se vangloria de seu pragmatismo, o que lhe permite reconhecer a supremacia dos Estados Unidos no mundo, bem como da lei dos negócios na França.

A revolução conservadora inaugurada por Ronald Reagan repercutiu na Europa e suscitou o thatcherismo, o berlusconismo, o blairismo, o sarkozysmo. Os valores do liberalismo a serviço do Consenso de Washington, cotidianamente difundidos pelas mídias, penetraram as consciências. Embora colossais, as vantagens do capital não são livres de contradições, que tão-somente evocamos. Elas são concretamente vividas pelos assalariados, cuja condição se degradou e cuja coesão de grupo foi desfeita.

<sup>16</sup> Cf. Karl Marx, *O Capital*, livro I, cap. XXIV, sessão 5, “O pretenso fundo do trabalho”.

## Os obstáculos à coesão antiliberal europeia

Diante dos objetivos comuns das burguesias da União Europeia, o mundo do trabalho carece de unidade, tanto ideológica quanto estratégica e organizacional. As resistências existem e não poderiam ser subestimadas. Contudo, elas esbarram em obstáculos próprios ao movimento operário, dos quais iremos analisar os principais<sup>17</sup>.

Primeiramente, o movimento operário não dispõe de um projeto alternativo à construção liberal da Europa. Evidentemente, existem fragmentos de contraproposições. Mas a esquerda não possui uma concepção articulada e compreensível de uma outra Europa. Os socialistas da pequena Europa de 1957 eram ligados à construção da CEE, garantia de paz e fortaleza contra a URSS. Eles aceitaram a deriva liberal de um federalismo que permanece estritamente interestatal. Os partidos comunistas da França e da Itália não souberam se revigorar depois do desaparecimento da União Soviética. O que existe de esquerda crítica no parlamento europeu se reuniu num grupo – a Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Verde Nórdica (GUE-GVN) – cujo presidente, Francis Wurtz, constata: “As novas idéias custam a emergir”<sup>18</sup>. Mais do que uma lftotes, a fórmula se aproxima de uma antifrase. A realidade exigiria dizer: a denúncia não consegue se concretizar em contraproposições que sejam mais do que palavras, moderações, remendos. Para evidenciar a veracidade do argumento, basta lembrar que a Confederação Europeia de Sindicatos (CES) conclamou o voto favorável ao Tratado pela Constituição Europeia (TCE) em 2005, que a direção da Confederação Geral do Trabalho (CGT) francesa tentou impedir a condenação do tratado e que as forças que se opuseram a ele foram incapazes de construir um “plano” B após a vitória do “não” no referendo, um plano que pudesse dar um conteúdo positivo, institucional, à idéia de que uma outra Europa é possível.

Privado de um contraprojeto a uma União Europeia intrinsecamente capitalista e liberal, o movimento operário europeu se vê confrontado a rivalidades nacionais. A disputa entre o Uruguai e a Argentina acerca da implantação de uma fábrica de celulose oferece ao público sul-americano um exemplo do esgarçamento verificado no seio do Mercosul. No contexto da União Europeia, a concorrência entre os diversos salarizados poupa os funcionários públicos, mas é vivida cotidianamente na indústria, no comércio, nos serviços. Em 1992, a deslocalização de

<sup>17</sup> O sindicalismo alemão, o mais importante e poderoso da Europa, não foi capaz de barrar a redução da proteção social, nem a degradação da situação dos desempregados – isto quando ele não consentiu com essa situação. Num período de vinte anos, o poder de compra dos assalariados estagnou, enquanto a produtividade do trabalho explodiu, segundo uma enquete do Ministério do Trabalho alemão, publicada em setembro de 2007.

<sup>18</sup> Francis Wurtz, “Les nouvelles idées peinent à émerger”. In: *L'Humanité*, 21 de setembro de 2007.

Hoover, fábrica implantada em Dijon, rumo à Escócia, suscitou uma emoção considerável, pois a decisão mostrava que o espaço europeu não era destinado a promover um “modelo social” que o discurso social coloca em evidência, mas sim a maximização do lucro. Longe de impedir a técnica que consiste em despir um santo para vestir outro, os sindicatos dos países que acolhem as empresas deslocalizadas aceitam a transferência, já que se beneficiam dela no curto prazo. A rivalidade também aparece nos investimentos. Para facilitar a indicação de Paris como sede dos Jogos Olímpicos, a CGT francesa declarou que, “conforme a tradição sindical”, não dificultaria os trabalhos necessários à sua preparação. Esse engajamento não exprime uma consciência de classe muito elevada e dá testemunho de uma ignorância da história. A CGT vivenciou greves na construção civil durante os trabalhos de infra-estrutura dos Jogos Olímpicos de Inverno realizados em Grenoble em 1967, e greves na SNCF, no próprio dia de abertura daqueles jogos. As demissões nas multinacionais exacerbam as disputas entre o proletariado de diferentes países. O fechamento da planta de Vilvoorde em 1997 desembocou numa europeização da luta favorecida pelas inabilidades da própria Renault. Tal europeização foi facilitada por seu caráter defensivo, uma vez que a demanda sindical era a obtenção de um plano social<sup>19</sup>, e não a manutenção da planta, o que poderia provocar, por ricochete, demissões em outras unidades<sup>20</sup>. No início do ano 2007, a crise da Airbus provocou demissões, maiores na França do que na Alemanha. A federação metalúrgica da Força Operária (FO) não somente denunciou a desigualdade de tratamento, como também acusou os engenheiros alemães de serem responsáveis pelos erros de condutores elétricos do modelo A 380. O sindicalismo europeu não dispõe de regras internas, nem de instância de arbitragem, para tratar dos problemas provocados pela concorrência entre os diferentes salarizados.

A CES, que existe desde 1973, consolidou suas estruturas em quatro direções. No nível interprofissional, a central se expandiu com a ampliação da Comunidade. Ela incluiu membros da Associação Européia de Livre Troca e os candidatos à UE. Ela adquiriu certa capacidade de negociação (celebrando seis acordos que enquadram seus signatários em algumas normas trabalhistas de caráter uniforme). Doze federações asseguraram uma convergência profissional. Comitês sindicais inter-regionais (de início, interfronteiriços) tratam de problemas relativos ao mercado de trabalho de dois ou três países. Enfim, os comitês de empresa europeus, a despeito de seus pequenos poderes, favoreceram a cooperação intersindical.

<sup>19</sup> N.T.: A legislação francesa prevê que as empresas que promovem demissões coletivas por motivo econômico devem negociar com o Estado e os sindicatos condições para preservar empregos ou para recolocar os trabalhadores ameaçados de demissão.

<sup>20</sup> Eric Lagueau, Pierre Lefebure. *La spirale de Vilvoorde. Médiatisation et politisation de la protestation*. Paris: Cahiers du CEVIPOI, 1999, p. 128.

Embora incontestáveis, a representatividade e a capacidade organizativa da CES não foram, infelizmente, colocadas a serviço de uma estratégia de transformação da União Européia. Lembramos anteriormente a aprovação do TCE, que, longe de ser uma decisão isolada, inscreve-se numa tradição de alinhamento em relação às orientações da comissão. A aceitação do liberalismo econômico constitui uma deficiência para o conjunto confederal e para seus membros. O sucessor do secretário-geral Emilio Gabaglio, John Monks, percebeu no “não” francês e holandês, bem como nas apreensões britânicas e alemãs, a contestação popular face a uma construção européia qualificada de tecnocrata, para não dizer anti-social. Ele participou da grande manifestação anti-CPE em Paris. O 11º Congresso de Sevilha, em junho de 2007, exprimiu as inquietudes perante a desindicalização e a precarização, bem como evidenciou a oposição entre sindicatos do Sul, muito favoráveis ao minitratado europeu, e os do norte, mais reservados. As reivindicações acerca da proteção social se enfraqueceram, mesmo que outras formulações, como a que se opõe à diretriz Bolkestein, relativa à liberalização dos serviços, ou a que propõe o reconhecimento de um núcleo social na Constituição sejam coroadas pelo convite à “passagem à ofensiva”. Ao fim e ao cabo, Corinne Gobin, excelente especialista no sindicalismo europeu, percebe um enfraquecimento geral, estimulado pela ampliação da UE. “O léxico mais reivindicativo não passa de retórica”<sup>21</sup>. A CES não busca unir, dinamizar os movimentos sociais. Sua convocação para a manifestação diante do Conselho Europeu em Bruxelas, em 21 de junho de 2007, em defesa da carta dos direitos fundamentais, confirma e ilustra a propensão de encerrar o sindicalismo europeu no plano institucional.

### Um caso exemplar: as lutas francesas

Nem federação, nem confederação, a UE é uma união de Estados que se impõe uma grande integração econômica, conformando uma realidade *sui generis*, segundo Amadeus Lopez Sabino, expert jurídico no Conselho das comunidades européias<sup>22</sup>. A construção da UE afeta a França, talvez mais do que todas as outras nações do continente, por três razões interligadas.

Em primeiro lugar, a França representa um dos exemplos mais bem acabados de Estado-nação que a Europa “fratura”, devido à implantação de normas supranacionais e ao apoio às regiões<sup>23</sup>. Essa constatação não significa retomar o discurso antijacobino, que confunde Robespierre e Napoleão. O primeiro jacobinismo se opôs ao centralismo autoritário. A Constituição de 1793 previa a

<sup>21</sup> Corinne Gobin. “Un œil sur l’Europe”, *Rouge*, 7 de junho de 2007.

<sup>22</sup> Martine Meheut (Org.). *Le fédéralisme est-il pensable pour une Europe prochaine?* Paris: Kimé, 1994, p. 162.

<sup>23</sup> Noëlle Burgi. *Fractures de l’État-Nation*. Paris: Kimé, 1994, 223 p.

instalação de assembléias primárias departamentais, com poderes ampliados. Quaisquer que sejam as contratendências e as diversidades internas existentes – não esqueçamos que a Alsácia-Moselle permanece concordatária<sup>24</sup> –, a forma que prevaleceu é aquela do Estado-nação, cuja soberania é diminuída pelos tratados europeus. Em segundo lugar, a França estabeleceu um amplo setor público após a Liberação, baseado nas concepções jurídicas de Léon Duguit e Antoine Carré de Malberg. A política de privatização impulsionada por Bruxelas transforma profundamente a configuração da formação social francesa. Enfim, depois de ter beneficiado a agricultura, a Europa não oferece mais nem ajuda nem sustento à economia francesa. Muito pelo contrário, a ampliação da Europa vem acompanhada pelo *dumping social*, o euro forte debilita as exportações. Com relação a isso, Nicolas Sarkozy é pego em contradição, visto que ele promove um tratado constitucional “reduzido” que reconhece a lógica do TCE, ao mesmo tempo em que reclama uma preferência comunitária e um euro modesto, o que nem Angela Merkel nem Jean-Claude Trichet pretendem levar em conta.

Sem desembocar em um nacionalismo proletário que se manifestou ao longo de sua história, é legítimo reconhecer a combatividade do movimento operário francês, estimulado pela intensidade dos ataques que atingem o “modelo social” francês. Isso explica a posição de ponta verificada em 1995, 2003, 2005, 2006. Mas o vigor da “France en révolte”<sup>25</sup>, conforme a expressão de Stathis Kouvelakis, não impede que os sucessos parciais sejam seguidos por reveses mais graves e, finalmente, pelo sucesso do neoconservadorismo de Sarkozy. Três grandes fatores contribuem para esvaziar a dinâmica das lutas antiliberais.

As batalhas que são conduzidas no plano da sociedade civil não encontram correspondência na esfera política. Tal descolamento apareceu em 1995, quando a esquerda partidária observou um silêncio ensurdecedor, enquanto os membros do Partido Socialista se posicionavam abertamente contra um movimento qualificado de corporativista, e favoravelmente à reforma Juppé, considerada necessária e pertinente<sup>26</sup>. Em seu conjunto, o PS apóia a dita economia de mercado, ocultando

<sup>24</sup> N.T.: A lei que estabelece a separação entre Igreja e Estado, que data de 1905, não se aplica a essa região, que, entre 1871 e 1918, encontrava-se sob domínio alemão. Desse modo, as religiões praticadas (católica, protestante, judaica) gozam de um estatuto público, e seus representantes são remunerados pelo Estado. Mesmo os bispos de Estrasburgo e Metz são, ainda hoje, nomeados pelo chefe de Estado.

<sup>25</sup> Stathis Kouvelakis, *La France en révolte. Luites sociales et cycles politiques*. Paris: Textuel, 2007, 318 p.

<sup>26</sup> N.T.: O autor faz referência às greves dos funcionários públicos de novembro/dezembro de 1995, contra a reforma do sistema de aposentadoria pretendida pelo governo de Alain Juppé.

que ela é oligopolista, e mesmo cartelizada, em zonas regionais, e estruturada por relações estatais, que orientam as trocas entre essas zonas (EUA, China, UE etc.). Sacudido por suas guinadas de reestalinização e por aberturas aventureiras, pelo sectarismo antisocialista e pelo oportunismo eleitoral, o PCF perdeu mais de três quartos de seu eleitorado e sua capacidade de exercer a “função de tribuno”, que era seu atributo. A campanha presidencial de 2007 mostrou a incapacidade da esquerda de superar os interesses dos aparelhos. Cinco candidatos disputaram os decepcionados com o socialismo: Marie-Georges Buffet (PCF), Olivier Besancenot (LCR), Arlette Laguiller (LO), Gérard Schivardi (PT), José Bové (coletivos antiliberais). Os dias que se seguiram ao desastre anunciado confirmaram as resistências a todo processo de aproximação. O PCF, cujo fracionamento interno aumenta, permanece assombrado por sua grandeza passada. A LCR, igualmente dividida, pretende, em sua maioria, apresentar-se como a única força da esquerda radical. LO e PT cultivam seu isolamento. Desorientados, os coletivos buscam uns aos outros e uma parte deles conclama a criação de uma *Die Linke* à francesa, sem aprofundar a reflexão sobre as condições a reunir e sobre as etapas a vislumbrar. A ausência de um pólo crítico unido e coerente abandona o PS à sua vertente liberal. A ofensiva de Sarkozy contra as 35 horas, a greve nos setores públicos, os imigrantes, a implantação de franquias médicas na seguridade social<sup>27</sup>, os ataques ao estatuto dos funcionários públicos, ao estatuto público da GDF, o projeto de fusão da ANPE-UNEDIC<sup>28</sup>, não encontram nenhum obstáculo sério no plano político. As dificuldades do governo vêm de outra parte, do crescimento interno fraco, da conjuntura internacional desfavorável.

As “vitórias desfeitas” do movimento social na França provêm, em segundo lugar, de seu fracionamento. A multiplicidade contemporânea traduz a riqueza e a diversificação da sociedade, como se pode ver a seguir:

---

<sup>27</sup> N.T.: Afirmando ser necessário responsabilizar os pacientes pelo sistema de saúde pública, a fim de reduzir as despesas e encontrar novas formas de financiamento, o governo pretendia condicionar a utilização dos serviços ao pagamento de uma franquia, alegando que todo tipo de seguro funciona dessa forma. As franquias foram instituídas em 1<sup>a</sup> de janeiro de 2008.

<sup>28</sup> N.T.: Trata-se de uma tentativa de fundir dois organismos: a Associação Nacional para o Emprego, responsável pela recolocação dos desempregados no mercado de trabalho, e a União Nacional Interprofissional para o Emprego na Indústria e no Comércio, encarregada de gerir o seguro-desemprego. Os sindicatos temem que a fusão, além de provocar a redução de postos de trabalho, pressione os desempregados a aceitar qualquer emprego, já que, desde 2001, a concessão do seguro-desemprego é condicionada a uma série de procedimentos destinados a (re)qualificar o desempregado e a assegurar seu engajamento “efetivo” na busca de uma nova colocação.

Tabela das principais organizações – sindicatos, associações – dos movimentos sociais na França (2007)

EXPRESSÃO DE GRUPOS SOCIAIS	
Assalariados	CGT, CFTD, FO, CFTC, CFE-CGC, UNSA, FSU, USS, CNT
Advogados	SAF
Juízes	SM
Médicos	SMG, UCMSE, USP
Agricultores	CP, MODEF
Estudantes	UNEF, CE
Desempregados	ACI, APEIS, CC-CGT, MNCP
Imigrantes, sem documentos	GISTI, Migreurop, FASTI, Cimade
TEMÁTICAS TRANSVERSAIS	
Feminismo	CADAC, Ruptures, MLF
Altermundialismo	ATTAC
Ecologia	CSCV, Amis de la Terre
Família	CSF, MPF
Direitos humanos	LDH, MRAP
Movimento gay Acadie,	FHAR
Antifascismo	Ras le Front
Movimento anticonsumo e antipublicidade	RAP, Paysage de France, Ethique sur L'Étiquette
Crítica da informação	ACRIMED
Defesa dos serviços públicos	CNCDDSP
PROBLEMAS ESPECÍFICOS	
Moradia	DAL, DD!, CDSL
Ação anti-Aids	Act-up
CLUBES DE PENSAMENTO	
Reflexão e formação	Copernic, OMOS, Raison d'agir, Universités populaires
Editores	Syllepse, Le Croquant <sup>29</sup>

<sup>29</sup> Os leitores se surpreenderão com a ausência do regionalismo. Sua vitalidade declinou em razão das reformas implementadas após a lei Deferre, de 1982. O reforço dos poderes locais levou à formação de feudos e à própria concorrência entre territórios, desarmando

Diante de um problema particular, convergências se verificam, mas elas não são jamais completas, nem duráveis. Em 23 de setembro de 2007, cerca de quarenta organizações convocaram uma manifestação contra as franquias médicas. A CGT não se associou a elas. A greve de 18 de outubro do mesmo ano envolveu somente algumas empresas, como a RATP, a SNCF, a EDF-GDT, os professores, mas não outros funcionários públicos. A convergência nacional dos coletivos de defesa e de desenvolvimento dos serviços públicos conseguiu reunir lutas locais contra o abandono de certas regiões pelo Estado<sup>30</sup>, mas não conseguiu fazer o que a CGT deveria assumir, isto é, a coordenação dos combates setoriais, de transportes, energia, saúde, educação, que ataquem a política de privatização, a mercantilização dos serviços públicos.

A segmentação das “lutas antiliberais” representa o segundo grande freio às lutas francesas. O “cada um por si”, combatido pelo “todos juntos”, se impõe cada vez mais facilmente, à medida que o patronato e os poderes públicos se esforçam para multiplicar os tipos de contrato e para individualizar a gestão dos assalariados. A oposição entre o privado e o público é um clássico do discurso divisor e a separação entre as funções públicas (do Estado, das coletividades territoriais, hospitalar)<sup>31</sup>, o alfa e o ômega das políticas públicas. A convergência nacional dos coletivos de defesa e de desenvolvimento dos serviços públicos consegue mobilizar amplamente no plano local, mas fragilmente no plano nacional. A jornada do dia 29 de setembro de 2007 contra as franquias médicas reuniu, segundo o *l'Humanité*, entre 20 mil e 30 mil participantes. O movimento anti-CPE mostrou<sup>32</sup>, em 2006, potencialidades de agregação, mas também seus limites visto que os jovens da universidade (ignorados por aqueles das grandes escolas) não tentaram, de maneira significativa, se juntar àqueles das periferias, que, por sua vez, haviam se insurgido contra Nicolas Sarkozy<sup>33</sup>

---

muitas reivindicações em torno de questões regionais, jogando uma sombra sobre a descentralização e estimulando a solidariedade nacional.

<sup>30</sup> N.T.: Muitos serviços públicos deixaram de ser prestados em certas cidades por serem considerados “deficitários”, devido ao pequeno número de usuários.

<sup>31</sup> N.T.: Os funcionários públicos possuem diferentes estatutos, conforme o âmbito do aparelho de Estado em que atuam. A função pública do Estado compreende o conjunto dos agentes do poder central, enquanto a função pública territorial diz respeito às coletividades territoriais (região, departamento ou comuna), ao passo que a função pública hospitalar se refere aos funcionários dos hospitais públicos.

<sup>32</sup> N.T.: O autor faz referência ao projeto que pretendia implementar o contrato de primeiro emprego (CPE), segundo o qual os menores de 26 anos poderiam ser contratados em condições que tornavam letra morta o contrato de duração indeterminada, ao estabelecer um período de experiência de 2 anos durante o qual o contrato poderia ser rompido sem qualquer justificativa.

no outono de 2005<sup>34</sup>. A CFDT se associou a esse movimento contrariada, como forma de proteger sua pequena confederação estudantil e suas oportunidades perante os jovens assalariados. “O primeiro que sai está morto?” Após a retirada do projeto, a CFDT mais do que depressa retomou sua posição de diálogo. “Com a retirada do CPE, negociemos enfim reformas justas”<sup>35</sup>. “É, em todo caso, com essa vontade sempre reiterada pela CFDT de dar um papel central à negociação que nós abordamos a fase de concertação que vai se abrir”. Entre os dois turnos da eleição presidencial de 2007, a CFDT recusou-se a “entrar em uma prática de mobilização contra tal ou qual candidato” e a qualquer evocação de um “terceiro turno social”<sup>36</sup>. Em face da ofensiva de Sarkozy, a central se contenta em deplorar a pressão exagerada do presidente, a contestar o calendário<sup>37</sup>. Basta dizer que a escolha estratégica desta que é uma das primeiras centrais sindicais francesas incide fortemente sobre a conjuntura social e contribui para desarticular o movimento social.

### Observações finais

No curto prazo, a perspectiva mais provável é a de um novo avanço do liberalismo na Europa. A abrangência das contra-reformas pretendidas por Nicolas Sarkozy não deixa de repercutir sobre o estado da correlação de forças no âmbito da UE. Na Grã-Bretanha, Gordon Brown doura um pouco o brasão do Partido Trabalhista, dando-lhe o tempo de um breve estado de graça. Na Itália, o *Partito della Rifondazione Comunista* reencontra a política da centro-esquerda. O *Die Linke* na Alemanha enfrenta suas primeiras dificuldades com seus apelos à moderação.

A amplitude das contradições que atravessam o capitalismo do século XXI não protege os dirigentes de surpresas. A rejeição da lógica mercantil permanece forte, notadamente na França. O movimento social avança muito melhor quando os desafios ideológicos, programáticos, estratégicos são respondidos. Uma convergência europeia mais intensa se mostra necessária, ligada aos combates nos outros continentes<sup>38</sup>.

<sup>33</sup> N.T.: O autor faz referência às manifestações que atingiram principalmente a periferia de Paris, após a morte de dois jovens perseguidos pela polícia.

<sup>34</sup> Collectif 4bis, “Le CPE est mort... pas la précarité”. *Retour sur le printemps 2006*, Paris: Syllepse, 2007, pp. 172-173.

<sup>35</sup> Rémi Jouan, “Le CPE retiré, négociations enfin des réformes justes”, *Syndicalisme Hebdo*, nº 3071, 13 de abril de 2006. Rémi Jouan é secretário nacional.

<sup>36</sup> “Revue de presse. Entre les deux tours, François Chérèque rappelle l'autonomie de la CFDT”. *Syndicalisme Hebdo*, nº 3121, 4 de maio de 2007. A CFDT promoveu comícios, mas esteve ausente das passeatas de 18 de outubro de 2007.

<sup>37</sup> François Chereque, “Pas de réformes cohérentes sans un agenda social clair”. *Syndicalisme Hebdo*, nº 3138, 27 de setembro de 2007.

<sup>38</sup> Bernard Dreano, “Les mouvements sociaux face au défi européen”. *Mondialisation des résistances. L'état des luttes*, 2004. Paris: Syllepse, 2004, pp. 180-182.

MOURIAUX, René. O movimento social europeu entre sucessos parciais e impotência. *Crítica Marxista*, São Paulo, Ed. Revan, v.1, n.26, 2008, p.91-104.

**RESUMO:** O artigo discute a relação entre as vantagens do capital e as deficiências do movimento social europeu, no contexto da União Européia e das reformas liberais que afetam as condições sociais e trabalhistas nos países membros. Num segundo momento, o autor trata de modo mais aprofundado do caso francês, cuja singularidade ilustra bem a dificuldade de uma ação comum no plano europeu.

**Palavras-chave:** Movimentos sociais; Reformas liberais; União Européia.

**The european social movement —Between partial successes and impotence.**

**ABSTRACT:** This article discusses the relationship between the advantages of capital and the deficiencies of the European social movement, in the context of the European Union, and the liberal reforms affecting social and labour conditions in member countries. Secondly, the author examines the French case, which on its own illustrates well the difficulty of common action in Europe.

**Keywords:** Social movements; Liberal reforms; European Union.